

Termo de Referência 223/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
223/2024	120195-CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS	PRISCILA MARTINEZ DE SOUZA	06/05/2024 11:41 (v 12.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		67106.003175 /2023-66

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO

(Processo Administrativo nº 67106.003175/2023-66)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço seguro, com o fim de garantir a cobertura patrimonial referente aos riscos incidentes sobre os bens móveis e imóveis, conforme coberturas, descrições nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. e seus APÊNDICES.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Seguro tipo empresarial para as instalações dos prédios dos Seção de Distribuição do Rio de	0906 SEGURO / GARANTIA	SV	1	*	*

	Janeiro (AB3-1), seus estoques, equipamentos, estruturas internas, móveis e outros bens internos aos armazéns.					
2	Seguro tipo empresarial para as instalações dos prédios dos Seção de Distribuição de São Paulo (AB3-2), seus estoques, equipamentos, estruturas internas, móveis e outros bens internos aos armazéns.	0906 SEGURO / GARANTIA	SV	1	*	*

*Estimativa do Valor da Contratação: O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um ano) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitindo a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.2.1. O serviço é enquadrado como continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, conforme art 106 da Lei 14.133, de 2021, a necessidade de resguardar o patrimônio público, mantendo seguradas as instalações e os materiais armazenados, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o alto valor agregado desses bens, possibilitando assim o ressarcimento aos cofres públicos no caso de eventuais danos que possam ser cobertos por meio de seguro contra ocorrências indenizáveis.

1.2.2. Em conformidade com o Art. 6º da Lei 14.133/2021, o objeto é classificado como serviço comum, visto que os modelos de desempenho definidos no edital e a qualidade de serviço determinado são usualmente utilizados no mercado de corretagem de armazéns/galpões. Pode-se afirmar que esse tipo de objeto fez-se disponível no mercado de seguros para contratação a qualquer momento, é um tipo de contratação habitual da Administração Pública e possibilita um julgamento objetivo pelo menor preço.

1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. As empresas licitantes deverão oferecer propostas distintas para os serviços a serem executados na Subdivisão de Distribuição do Rio de Janeiro (AB3-1) e na Subdivisão de Distribuição de São Paulo (AB3-2). O seguro deverá contemplar, no mínimo, as coberturas estabelecidas no APÊDICE A.

1.6. Para os fins deste processo licitatório, considera-se:

1.6.1. Prédio – Todas as construções e seus anexos, inclusive instalações elétricas, hidráulicas e de combate a incêndio, tanques e silos metálicos ou de concreto, centrais de ar condicionado, tubulações e benfeitorias indispensáveis ao funcionamento do estabelecimento, desde que integrem as estruturas da construção.

1.6.2. Conteúdo – Máquinas, equipamentos de movimentação de cargas, equipamentos de informática, equipamentos industriais para aplicação nos ranchos do Comando da Aeronáutica, móveis, utensílios, mercadorias, estoques, produtos acabados e matérias-primas.

1.7. Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, conforme Art. 48 da Lei 14.133/21.

1.8. É vedado prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado, de acordo com o Art. 48, VI, da Lei 14.133/21.

1.9. Justificativa para o NÃO parcelamento da Solução:

1.9.1. Considerando os §2 e §3 do Artigo 40 da Lei 14.133, que discorrem sobre a adoção ou não do parcelamento quando da aquisição ou contratação de serviço. Observando-se os seguintes requisitos para o não parcelamento:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

1.9.2. Pode-se afirmar que a contratação do serviço de seguro para os armazéns da SDAB não permite o parcelamento, visto que é garantido a economia de escala na contratação do serviço para ambos os armazéns: Rio de Janeiro, item 1, e São Paulo, item 2, sem dúvida o custo do seguro será menor, além da vantagem na facilitação e redução de custos de gestão de contratos.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Em conformidade com o previsto no Decreto nº 11.137/2022, que dispensou o Comando da Aeronáutica de cumprir o Decreto nº 10.947/2022, a presente contratação não consta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Entretanto, em consonância ao art. 5º e ao §1º do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, informo que esta contratação está disponível no Planejamento Anual de Aquisições e Contratações (PAAC) do COMAER na página <https://www2.fab.mil.br/paac/>.

2.3. O código da demanda é CAE23SER151.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A Administração entende que o objeto da contratação não se sujeita, neste momento, ao critério e prática de sustentabilidade e que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, visto que o Relatório de Sustentabilidade previstos na Circular Susep nº 666/2022 da Superintendência de Seguros Privados, que dispõe sobre requisitos de sustentabilidade a serem observados pelo setor que serão exigidas e divulgadas nos próximos anos de 2024 e 2025. No Estudo técnico Preliminar encontra-se o detalhamento da avaliação.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:30 horas às 15:30 horas.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. Nota(s) explicativa(s): 10

4.5.1. Endereços dos locais onde serão executados o objeto:

A) SUBDIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO RIO DE JANEIRO: Rua Coronel Laurênio Lago, S/N – Marechal Hermes, Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21610-280. Contato: Tenente Martinez – TEL: (21) 3289-6439 – E-mail: martinezpms@fab.mil.br.

B) SUBDIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE SÃO PAULO: Av. Olavo Fontoura, 1300, Santana – SP – SÃO PAULO - CEP: 02012-021. Contato: Capitão Humberto–TEL:(11) 2224-9932- E-mail: humbertohpj@fab.mil.br.

4.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.8. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Garantia da contratação

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.9.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do Termo do Contrato ou aceite do instrumento equivalente

4.9.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.11. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1. A execução dos serviços ocorrerá após a subsequente assinatura do Instrumento Contratual, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, na forma que segue:

5.1.1. O pagamento, pelos serviços prestados, será efetuado em 04 (quatro) parcelas consecutivas de igual valor, após a emissão da ordem de serviço, com vencimento em de 30 dias, dentro dos limites legais previsto em contrato, e após a devida verificação pelo fiscal do contrato.

5.1.2. Em caso de sinistro, o Segurado deverá comunicar a ocorrência à CONTRATADA por escrito, imediatamente após haver condições para isso, sua ocorrência, indicando os danos sofridos e, se possível, o valor estimado dos prejuízos, além de prestar todas as informações sobre qualquer fato relacionado com o seguro.

5.1.3. Em caso de sinistro, a vistoria a ser realizada pela Seguradora deverá ser agendada com os representantes designados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação do sinistro.

5.1.4. A efetiva vistoria deverá ser realizada em conjunto por pessoal técnico indicado pelas partes, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o agendamento previsto no parágrafo anterior, com fito ao recebimento do respectivo feedback da seguradora para prosseguimento dos trâmites do sinistro.

5.1.5. Após a vistoria, a CONTRATANTE terá o prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas para disponibilizar o resultado da análise e divulgar a lista de documentos que a CONTRATANTE deverá encaminhar para o prosseguimento do processo de indenização no menor prazo contratualmente previsto.

5.1.6. Após o envio da documentação, por parte da CONTRATANTE, mencionada no item anterior, a CONTRATADA tem o prazo de até 120 (cento e vinte) horas para análise e feedback à CONTRATANTE.

5.1.7. A CONTRATADA deverá indenizar o segurado em dinheiro (por meio de Guia de Recolhimento da União), reparo ou por meio de reposição dos bens danificados ou destruídos, conforme interesse da CONTRATANTE. Em qualquer hipótese, a CONTRATADA deverá retornar os materiais e/ou instalações ao estado em que se achavam antes do sinistro, até os limites estabelecidos para as respectivas coberturas.

5.1.8. A indenização devida deverá ser recolhida no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega, por parte CONTRATADA, da análise da documentação, mencionada no item 5.1.6.

5.1.9. Para fins de comprovação de valores dos materiais em estoque, a CONTRATADA apresentará os relatórios gerados pelo Sistema Integrado de Logística de Material e Serviço (SILOMS) ou outro Sistema de Gestão de Estoque utilizado pelo Comando da Aeronáutica, considerando-se o valor do material no momento da ocorrência do sinistro.

5.1.10. Para fins de apuração de valores indenizatório para manutenção predial, serviço comum de engenharia, obras e outras intervenções nas instalações dos armazéns deverão ser considerados como referência as tabelas atualizadas SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), SBC (Sistema e Consultoria de Custos), ou outra referência oficialmente aceita e equivalente. As tabelas SINAPI são um conjunto de dados técnicos elaborados pela Caixa Econômica Federal em conjunto com o IBGE que fornece uma base de referência acreditada para orçamentos de construção civil.

5.1.11. Este certame não prevê aplicação de depreciação de bens em ocorrência de sinistro sob o valor das edificações e instalações prediais.

5.1.11.1. Ressalta a o Princípio Indenitário, segundo o qual a indenização deve corresponder ao efetivo prejuízo sofrido, de forma a não se obter lucro pelo segurado, conforme previsão do artigo 778 do Código Civil de 2022, que ora citamos: "Nos seguros de dano, a garantia prometida não pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento da conclusão do contrato, sob pena do disposto no art. 766, e sem prejuízo da ação penal que no caso couber".

5.1.12. Vencido o prazo para o pagamento da indenização ao segurado, a indenização será atualizada monetariamente, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da ocorrência do sinistro até a data do efetivo pagamento;

5.1.13. Além da atualização prevista no Item anterior, sobre o valor da indenização atualizada, aplicar-se-ão juros moratórios de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

5.1.14. Caso o sinistro ocorra no período entre o recebimento da nota de empenho, pela contratada, e a entrega regular da apólice ao contratante, o direito à indenização não ficará prejudicado se o contratante efetuar o pagamento do prêmio até o vencimento descrito no presente instrumento, o mesmo se aplicando na hipótese de eventual endosso.

5.1.15. Caso o sinistro ocorra dentro do prazo de pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas, sem que ele se ache efetuado, o direito à indenização também não ficará prejudicado se o contratante efetuar o pagamento do prêmio até o vencimento, o mesmo se aplicando na hipótese de eventual endosso.

5.2. A cobertura deverá abranger o prédio/instalações mais o seu conteúdo.

5.3. A forma de contratação será a Risco Relativo exclusivamente para a cobertura básica. Para as demais coberturas, a forma de contratação será a Risco Absoluto.

5.3.1. Cobertura risco absoluto: é aquela em que a seguradora responde integralmente pelos prejuízos até o montante do limite máximo de indenização, não se aplicando o rateio. Nessa forma de contratação não há necessidade de comparação entre o limite máximo de indenização e o valor atual.

5.3.2. Cobertura a risco relativo: nesse caso também não há necessidade de o limite máximo de indenização ser igual ao valor atual, porém o segurado declara qual o valor em risco do bem. Se o valor de risco (valor atual), em caso de sinistro, for superior ao valor declarado pelo segurado, a indenização será reduzida na proporção da diferença entre o prêmio pago e aquele que seria efetivamente devido.

5.4. O valor do prêmio a ser pago à Contratada concernente a eventual emissão de Endosso(s) à Apólice Original, quando cabível, deverá manter a proporcionalidade com o prêmio total originariamente contratado e o valor total dos bens ora descrito no presente Termo de Referência e seus anexos - inclusive no tocante à vigência do endosso -, considerando coberturas e bens similares.

5.5. O prazo para a entrega da apólice por parte da CONTRATADA é de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato.

5.6. Os eventuais desembolsos efetuados pelo Segurado, decorrentes de despesas de salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro coberto e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo Segurado e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro coberto, minorar o dano ou salvaguardar o bem, também devem estar garantidos pelo seguro a ser contratado, limitados ao Limite Máximo Indenizável (LMI) da cobertura afetada pelo sinistro;

5.7. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

Local e horário da prestação dos serviços

5.8. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.8.1. SUBDIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO RIO DE JANEIRO: Rua Coronel Laurênio Lago, S/N – Marechal Hermes, Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21610-280. Contato: Cap Hilton – TEL: (21) 3289-6439 – E-mail: hiltonhsd@fab.mil.br.

5.8.2. SUBDIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE SÃO PAULO: Av. Olavo Fontoura, 1300, Santana – SP – SÃO PAULO - CEP: 02012-021. Contato: Tenente Humberto–TEL:(11) 2224-9932 - E-mail: humbertohpj@fab.mil.br.

Rotinas a serem cumpridas

5.9. A execução contratual observará as rotinas já descrita no item 5.1

Materiais a serem disponibilizados

5.10. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.11. Os armazéns a serem segurados nesta contratação possuem em estoque matéria-prima, peças de fardamento, material para armazenagem e equipamentos utilizados pelos ranchos do Comando da Aeronáutica, além de equipamentos de informática, estruturas de porta paletes, equipamentos de movimentação de cargas, móveis de escritório dentre outros. Os armazéns se encontram localizados no seguinte endereço: Rua Coronel Laurênio Lago, s/nº, Marechal Hermes – Rio de Janeiro – RJ e Av. Olavo Fontoura, 1300 Santana - São Paulo-SP ;

5.12. Para um melhor dimensionamento dos serviços a serem contratados, seguem abaixo as características das instalações e dos materiais estocados a serem segurados:

Armazém	Área (m²)	Valor do Imóvel	Volume Médio Material Estocado (m³)	Valor Médio Material Estocado
A-1 - RJ	1.126	R\$ 2.575.215,48	1.048	R\$ 9.000.000,00
A-2 - RJ	1.250	R\$ 933.102,33	1.230	R\$ 4.500.000,00
A-3 - RJ	2.952	R\$ 3.688.584,56	3.893	R\$ 15.000.000,00
A-5 - RJ	450	R\$ 820.383,22	300	R\$ 500.000,00
SR - RJ	1.082	R\$ 2.308.890,66	732	R\$ 1.000.000,00
TOTAL RJ	6.860	R\$ 10.326.176,25	7.203	R\$ 30.000.000,00
TOTAL	3.000	R\$ 14.728.877,55	3.720,04	54.125.697,97

SASDAB - SP				
-------------	--	--	--	--

- 5.13. Além disso, deverão ser considerados os valores apresentados no APÊNDICE B e C .
- 5.14. Em todos os armazéns existem meios que diminuem o risco, tais como extintores de incêndio, hidrantes e pessoal com capacitação para intervenções iniciais de combate a incêndio.
- 5.15. A distância aproximada entre a Subdiretoria de Abastecimento (RJ) e o Corpo de Bombeiros é de aproximadamente 9 Km e a de SP é de aproximadamente 3km .
- 5.16. .Na elaboração da proposta de seguro, a CONTRATANTE deverá considerar, no mínimo, os seguintes aspectos referentes aos valores de Limite Máximo Indenizável (LMI) e de Franquias referentes ao Rio de Janeiro:

COBERTURA	1. LMI - VALOR MÁXIMO	FRANQUIA
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos e raio) e explosão de qualquer natureza	R\$ 40.800.000,00	10% das indenizações
Danos elétricos	R\$ 3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.500,00
Subtração de Bens	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$1.000,00
Responsabilidade Civil	R\$ 3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$500,00
Quebra de vidro	R\$ 300.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 200,00
Desmoronamento	R\$ 700.000,00	20% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 3.000,00
Equipamentos Estacionários	R\$ 1.120.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.500,00
Impacto de Veículos	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.500,00
Vazamento de Tanques ou Tubulações	R\$ 100.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Queda de granizo	R\$ 3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.000,00
Alagamento	R\$ 100.000,00	20% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$3.000,00

- 5.17. Na elaboração da proposta de seguro, a CONTRATANTE deverá considerar, no mínimo, os seguintes aspectos referentes aos valores de Limite Máximo Indenizável (LMI) e de Franquias referentes a São Paulo:

--	--	--

COBERTURA	LMI - VALOR MÁXIMO	FRANQUIA
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos e raio) e explosão de qualquer natureza	R\$ 68.854.575,00	10% das indenizações
Danos elétricos	R\$ 3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.500,00
Subtração de Bens	R\$ 500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$1.000,00
Responsabilidade Civil	R\$ 3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$500,00
Quebra de vidro	R\$ 300.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 200,00
Desmoronamento	R\$ 700.000,00	20% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 3.000,00
Equipamentos Estacionários	R\$ 2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.500,00
Impacto de Veículos	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.500,00
Vazamento de Tanques ou Tubulações	R\$ 100.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Queda de granizo	R\$ 3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$ 1.000,00
Alagamento	R\$ 100.000,00	20% dos prejuízos indenizáveis, com valor mínimo de R\$3.000,00

5.18. A apólice de seguro a ser emitida pela seguradora deverá atender às disposições do Decreto-Lei número 73/66 e, em especial a regulamentação da Circular SUSEP nº 621 de 12 de fevereiro de 2021.

5.19. O licitante deverá enviar junto à proposta o documento de condições gerais da seguradora.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.20. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.21. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa disponível para a execução do objeto durante todo o período do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. Manterá registro de toda e qualquer ocorrência no relatório de situação contratual e notificará o fornecedor de qualquer irregularidade observada.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios estão previstos no Anexo I.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de .30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos

por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.31. Fica vedada a definição de forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.

Cessão de crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

7.45. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, consoante o que estabelece o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.45. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

7.47. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.52. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será [empregada por preço global

Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.16. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Ato de autorização para o exercício da atividade de corretagem e oferta de seguros em geral, expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), nos termos da Lei Nº 4.594, de 29 de Dezembro de 1964)

8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.35. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.36. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.37. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.37.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.37.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.37.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.37.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da contratação.

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.40. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

- 8.41. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- 8.42. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.43. Registro da empresa e/ou profissional responsável na entidade profissional Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em plena validade com a respectiva certidão de funcionamento e fiscalização.
- 8.43.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.44. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.44.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.44.1.1. Contratos firmados com empresas privadas ou públicas, cujo objeto seja serviço seguro patrimonial, compatível em características, quantidade e prazo com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, comprovando que a licitante tenha prestado ou estejam prestando o serviço.;
- 8.44.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.44.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.
- 8.44.4. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

8.45.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

Justificativa para Qualificação Técnica

8.46. As qualificações técnicas exigidas nos itens 8.43 e 8.44 justificam-se pela obrigatoriedade legal (Lei Nº 4.594, de 29 de Dezembro de 1964) de que todo profissional ou empresa que atua no ramo de seguros deve ser devidamente habilitado na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), usa experiência e comprovação de aptidão técnica apropriada ao objeto precisa ser provada através de atestado de capacidade técnica descrita no item 8.44.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.6.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/120195;

II) Fonte de Recursos: 0100000000;

III) Programa de Trabalho: 168872;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: A0000270000;

9.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rio de Janeiro, [VIDE DATA DE ASSINATURA ELETRÔNICA]

Brig Int Alex Orcay Reis
Ordenador de Despesa da SDAB

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX ORCAY REIS
Autoridade competente

JAMES MANGUEIRA DE ARAUJO
Membro da comissão de contratação

PRISCILA MARTINEZ DE SOUZA
Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - INSTRUMENTO DE MEDICAO DE RESULTADO - IMR.pdf (77.08 KB)

**Anexo I - Anexo I - INSTRUMENTO DE MEDICAO DE
RESULTADO - IMR.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO**

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 O Instrumento de Medição de Resultado - IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço de seguro, com o fim de garantir a cobertura patrimonial referente aos riscos incidentes sobre os bens móveis e imóveis, conforme coberturas, descrições e especificações constantes no certame e seus APÊNDICES.

1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento em parcelas ainda não quitadas ou acréscimo no valor indenizatório do sinistro.

1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto ou de multa seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pelo não cumprimento das metas, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2. CONDIÇÕES GERIAS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado - IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3 O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.4. Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo

2.5. A Contratada deverá prestar esclarecimentos, por escrito e no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sempre que solicitado pela Subdiretoria de Abastecimento (SDAB), se for o caso;

3. APURAÇÃO DO RESULTADO ESPERADO SERÁ REALIZADO POR INTERMÉDIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, CONFORME A SEGUIR:

INDICADOR N° 1	Agendamento da Vistoria em caso de sinistro.
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento dos prazos contratuais pactuados para o acionamento da seguradora na vistoria da ocorrência de sinistro.
Meta a Cumprir	Prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação do sinistro.
Instrução de Medição	Registro de ocorrência e notificação.
Forma de Acompanhamento	Prazo estabelecido e data de ciência da Contratada.
Periodicidade	Por evento.
Mecanismo de Cálculo	Tempo decorrido a partir da abertura do sinistro junto à seguradora até o momento do agendamento.
Faixas de Ajuste no Pagamento	Multa de 0,5% do valor estimado ser indenizado que será pago com glosa em parcelas abertas ou acrescido ao valor indenizatório do sinistro.
Gravidade da ocorrência	Baixa.

INDICADOR N° 2	Realização da Vistoria em caso de sinistro.
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento dos prazos contratuais pactuados para a realização da vistoria.
Meta a Cumprir	No prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a realização do agendamento.
Instrução de Medição	Registro de ocorrência e notificação
Forma de Acompanhamento	Prazo estabelecido e data de ciência da Contratada.
Periodicidade	Por evento.
Mecanismo de Cálculo	Tempo decorrido a partir da abertura do sinistro junto à seguradora até a data e hora do agendamento da vistoria.
Faixas de Ajuste no Pagamento	Multa de 0,5% do valor estimado ser indenizado que será pago com retenção ou glosa em parcelas abertas ou acrescido ao valor indenizatório do sinistro.
Gravidade da ocorrência	Baixa

INDICADOR N° 3	Resultado da Vistoria em caso de sinistro.
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento dos prazos contratuais pactuados para disponibilizar o resultado da análise e divulgar a lista de documentos que a CONTRATANTE deverá encaminhar para o prosseguimento do processo de indenização no menor prazo contratualmente previsto.
Meta a Cumprir	No prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas após a realização da vistoria.
Instrução de Medição	Registro de ocorrência e notificação.
Forma de Acompanhamento	Prazo estabelecido e data de ciência da Contratada.
Periodicidade	Por evento.
Mecanismo de Cálculo	Tempo decorrido a partir da abertura do sinistro junto à seguradora até o momento do início da vistoria.
Faixas de Ajuste no Pagamento	Multa de 2% do valor estimado a ser indenizado que será pago com retenção ou glosa em parcelas abertas ou acrescido ao valor indenizatório do sinistro.
Gravidade da ocorrência	Média.

INDICADOR N° 4	Resultado da análise da documentação do sinistro.
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento dos prazos contratuais pactuados para disponibilizar o resultado da análise da documentação enviada pela CONTRATANTE.
Meta a Cumprir	No prazo máximo de 120 (cento e vinte) horas após o envio da documentação.
Instrução de Medição	Registro de ocorrência e notificação.
Forma de Acompanhamento	Prazo estabelecido e data de ciência da Contratada.
Periodicidade	Por evento.
Mecanismo de Cálculo	Tempo decorrido a partir do envio da documentação até a divulgação do resultado da análise.
Faixas de Ajuste no Pagamento	Multa de 2% do valor estimado a ser indenizado que será pago com retenção ou glosa em parcelas abertas ou acrescido ao valor indenizatório do sinistro.
Gravidade da ocorrência	Média.

INDICADOR N° 5	Quitação da indenização
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento dos prazos contratuais pactuados para a quitação da indenização por parte da CONTRATADA.
Meta a Cumprir	Quitação da GRU (Guia de Recolhimento da União) na data do vencimento, ou seja, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega, por parte CONTRATADA, da análise da documentação.
Instrução de Medição	GRU e comprovante de quitação.
Forma de Acompanhamento	Prazo estabelecido e data de ciência da Contratada.
Periodicidade	Por evento.
Mecanismo de Cálculo	A não quitação da GRU (Guia de Recolhimento da União) na data do vencimento.
Faixas de Ajuste no Pagamento	Multa de 4% do valor estimado a ser indenizado que será pago com retenção ou glosa em parcelas abertas ou acrescido ao valor indenizatório do sinistro.
Gravidade da ocorrência	Alta.

OBS.: Lembrando que no atraso na quitação da indenização acarreta em atualização monetária e juros previstos nos itens 5.1.12 e 5.1.13 do termo de referência.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR223_2024 - seguro armazem (ajustado)
Data/Hora de Criação:	06/05/2024 11:44:30
Páginas do Documento:	30
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	31
Hash MD5:	9b6f2d14b14acbd47e9765337d660ddf
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten PRISCILA MARTINEZ DE SOUZA no dia 06/05/2024 às 08:45:18 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major JAMES MANGUEIRA DE ARAUJO no dia 06/05/2024 às 08:48:35 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Brig Int ALEX ORÇAY REIS no dia 07/05/2024 às 06:46:17 no horário oficial de Brasília.